

Processo nº: 891/99

Apenso nºs: 1.189/93 e 250.000.130/01

Origem: Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: 3ª ICE

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Sessão: Pauta nº 72, S.O. nº 4045, de 26.10.2006

Publicação: DODF nº 203, de 23.10.2006

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada por determinação da Corte, para apurar possíveis prejuízos no pagamento de indenizações de benfeitorias e na concessão de desconto de 8% sobre imóveis dados em pagamento. Citação dos membros da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração da TERRACAP para apresentação de defesa, em face do pagamento das benfeitorias de mero deleite. Apresentação de defesas e revelia de um dos citados. PARECERES CONVERGENTES. Improcedência das defesas apresentadas, cientificação dos responsáveis e remessa de cópia dos autos ao MPDFT, conforme sugerido pelo Ministério Público.

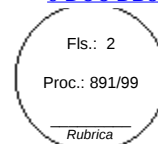
RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação da Corte, por meio da Decisão nº 10.331/98-CMS, vista às fls. 3/4 (exarada no Processo nº 1.189/93 apenso), com o fim de apurar possíveis prejuízos decorrentes do pagamento de indenizações de benfeitorias e na concessão de desconto de 8% sobre os imóveis dados em pagamento.

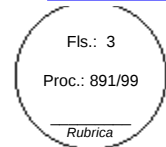
2. A Decisão nº 10.331/98 possui a seguinte redação:

DECISÃO Nº 10.331/98

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, agora, na condição de Conselheiro-Substituto, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MAURÍLIO SILVA, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 157/97-PRESI (fl. 108/109), considerando a diligência atendida, bem como do Processo nº 111.000.395/97-0 apenso; II. relevar o atraso apontado pela instrução; III. considerar irregulares todos os atos praticados que



convencionaram a transferência aos expropriados, relacionados no quadro de fls. 178/180 e nos Processos nºs. 111.006.189/91, 111.006.192/91, 111.006.172/91, 111.002.156/92 e 111.006.204/91, de lotes residenciais em Águas Claras (livres de quaisquer ônus aos expropriados), por absoluta ausência de base legal, e por causar prejuízo o patrimônio público; devendo sobre os mesmos se manifestarem todos os servidores envolvidos nas transações o que deverá ser apurado, caso a caso, para fins de citação; IV. tendo em vista a irregularidade apontada no item anterior: a) autorizar a citação dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos órgãos técnicos da TERRACAP envolvidos em cada caso (exercício de 1992), para que, no prazo de 30 dias, apresentem os argumentos que tiverem em suas defesas, com vistas à aplicação se for o caso, das sanções previstas no art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1, de 09/5/94; em conformidade com a competência atribuída no art. 78, IX, da Lei Orgânica do Distrito Federal; b) **determinar à TERRACAP que estude a possibilidade de implementar medidas, por intermédio de sua Divisão Jurídica, a fim de promover a anulação dos atos de dação em pagamento, que se revelarem manifestamente viciados ou prejudiciais à empresa, com retomada dos imóveis (lotes residenciais em Águas Claras, referente ao item c.1 do Protocolo de Intenções) que foram objeto dos processos listados no quadro de fls. 178/180, bem como os de nºs 111.006.189/91, 111.006.192/91, 111.006.172/91, 111.002.156/92 e 111.006.204/91 dando conhecimento imediato ao Tribunal;** V. considerar irregular, ante a ausência de autorização legalmente válida, o desconto de 8% concedido sobre o valor dos imóveis oferecidos pela TERRACAP em dação em pagamento, verificado nos Processos: 111.006.189/91, 111.006.219/91, 111.006.157/91, 111.005.866/92, 111.006.143/91, 111.006.192/91, 111.006.203/91, 111.006.172/91, 111.002.156/92, 111.006.204/91 e 111.006.159/91; VI. considerar irregular o pagamento das indenizações das benfeitorias efetuado em desacordo com o disposto nas cláusulas 6ª, parágrafo único c/c 10ª, V, § 2º, do contrato (padrão) de concessão de uso, bem como na alínea "m" do Termo de Compromisso e respectivos Planos de Utilização; VII. **determinar à Secretaria de Obras do Distrito Federal que, nos termos do art. 153, parágrafo único do RI/TCDF, considerando o quadro de fls. 178/180 e os Processos nºs 111.006.189/91, 111.005.866/92, 111.006.192/91, 111.006.172/91, 111.002.156/92 e 111.006.204/91, instaure tomada de contas especial, tendo em vista os danos ao erário verificados nos autos, para apurar os prejuízos decorrentes: a) do pagamento das indenizações de benfeitorias efetuado em desacordo com o disposto nas cláusulas 6ª, parágrafo único c/c 10ª, V, § 2º do contrato (padrão) de concessão de uso, bem como na alínea "m" do Termo de Compromisso e respectivos Planos de Utilização; b) da concessão do desconto de 8% sobre o valor dos imóveis oferecidos pela TERRACAP em dação em pagamento;** VIII. comunicar, de acordo com o art. 78, XIII, da Lei Orgânica do DF, à Câmara Legislativa as irregularidades apontadas no processo; enviando-lhe cópia dos pareceres que fundamentam a Proposta de Decisão; IX. autorizar a extração de cópias do relatório de auditoria e desta decisão para: a) juntar à prestação de Contas (exercício/92), Processo nº 5487/94,

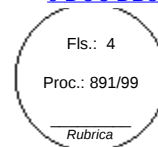


tendo em vista o disposto no art. 167, III, "b" e "c", do RI/TCDF; b) subsidiar os trabalhos da Comissão da Tomada de Contas Especial, encaminhando-as à Secretaria de Obras, inclusive da cópia do quadro de fls. 178/180; X. que as determinações da Corte devem ser dirigidas à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Lei nº 1.797, de 18.12.97) à qual se vincula a TERRACAP (a instrução do processo é anterior a essa data); XI. à semelhança do que este Tribunal decidiu no concernente ao acompanhamento das obras do Metrô/DF, que deve ser instituído um Grupo de Trabalho específico com a finalidade de examinar, de modo uniforme, toda a problemática de desapropriações, dações em pagamento, doações, etc. ... promovidas pela TERRACAP, à luz da legislação pertinente, a qual pode ser coletada com auxílio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da própria Divisão Jurídica da TERRACAP. Penso que sem tal providência não se chegará a um denominador comum, havendo possibilidade de decisões conflitantes e possíveis contestações judiciais, quase sempre exitosas (conforme se tem notícia) em face da aparente falta de regras específicas sobre a matéria."

3. Mais adiante, em face do silêncio da TERRACAP quanto ao determinado na Decisão nº 10.331/98-CMS, acima transcrita, o Tribunal, acolhendo Proposta de Decisão deste Relator, exarou a Decisão nº 2.107/02 (fls. 79), nos termos seguintes:

DECISÃO Nº 2.107/02

"O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento: a) da TCE tratada no Processo n.º 250.000.130/2001, considerando insatisfatórios os resultados apresentados; b) do recebimento dos Ofícios nºs 58/2001-CHG/SEAF e 122/2001-GAB/SEAF (fls. 38 e 41), deixando de conhecer o teor daquele, visto não ter sido elaborado por autoridade competente e ser intempestivo; **II) em decorrência do item anterior, determinar, mais uma vez, ao dirigente da Secretaria de Assuntos Fundiários (sob nova direção) que cumpra, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do expediente, o contido no item VII da Decisão n.º 10.331/98, reiterada pelas de números 1.709/00, 3.901/00 e 8.219/00, observando toda a tramitação prevista na Resolução nº 102/98, haja vista a Corte já ter considerado ilegais os atos objeto da apuração;** III) alerte o dirigente da SEAF, para as disposições do art. 9º da Lei Complementar n.º 1/94 e art. 1º da Resolução/TCDF n.º 102/98, no que tange ao instituto da solidariedade, ante o não-atendimento a contento da deliberação em questão, e ainda, para as prescrições do § 1º do art. 57 da Lei Complementar n.º 1/94 e inciso VIII do art. 182 do RI/TCDF, combinados com a Resolução/TCDF n.º 102/98, relativamente à possibilidade de aplicação de sanção também aos membros das Comissões de Tomada de Contas Especial, visto suas atribuições; IV) retornar: a) os autos à 3ª ICE, para aguardar o recebimento da TCE; b) o processo apenso à origem para continuidade dos trabalhos da TCE; **V - determinar à TERRACAP que, no prazo de trinta (30) dias, informe acerca do cumprimento**



da determinação contida na alínea "b", da Decisão nº 10.331/98, proferida na Sessão de 8-12-98, nos seguintes termos: "b) determinar à TERRACAP que estude a possibilidade de implementar medidas, por intermédio de sua Divisão Jurídica, a fim de promover a anulação dos atos de dação em pagamento, que se revelarem manifestamente viciados ou prejudiciais à empresa, com retomada dos imóveis (lotes residenciais em Águas Claras, referente ao item c.1 do Protocolo de Intenções) que foram objeto dos processos listados no quadro de fls. 178/180, bem como os de nºs 111.006.189/91, 111.006.192/91, 111.006.172/91, 111.002.156/92 e 111.006.204/91, dando conhecimento imediato ao Tribunal."

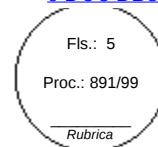
4. A Corte, ao tomar conhecimento de Inspeção realizada na TERRACAP, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 6.883/03 (fls. 155), para suspender o cumprimento do item V da Decisão nº 2.107/02-APM. A Decisão nº 6.883/03 possui a seguinte redação:

DECISÃO Nº 2.107/02

"O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nº 876/2003-PRESI e 001/2003-AUDIT (fls. 138 e 144), bem como dos resultados da inspeção realizada; II - suspender o cumprimento do item V da Decisão nº 2107/02, quanto ao exame do total dos processos indicados pela Corte, até que sejam conhecidos os resultados dos trabalhos a serem realizados, por amostragem, em cinco (5) processos, escolhidos entre aqueles contidos na mencionada Decisão nº 2107/02; III - conceder 45 dias à TERRACAP para realização da amostragem referenciada no item anterior; IV - devolver os autos à 3ª ICE, para aguardar a diligência."

5. As Decisões nºs 89/04 (fls. 169), 2.126/04 (fls. 180), 3.136/04 (fls. 187), 4.899/04 (fls. 201), todas de meu relato, bem como o Despacho Singular nº 265/2004-Conselheiro-Substituto Paiva Martins, concederam prorrogações de prazo para conclusão e remessa da presente TCE.
6. Remetidas à Corte as presentes Contas Especiais, observa-se que a Comissão de TCE encarregada das apurações, em seu Relatório Complementar, visto às fls. 155/160 do apenso nº 250.000.130/01, apresentou as conclusões seguintes:

"Posteriormente, em cumprimento ao item VII, alínea a) pagamento de indenizações de benfeitorias efetuado em desacordo com o disposto nas cláusulas 6ª, parágrafo único c/c 10ª, § 2º do contrato (padrão) de concessão de uso, bem como na alínea 'm' do Termo de Compromisso e respectivos Planos de Utilização, a Comissão conclui que o questionamento procede, resultando tal transação no montante de: R\$ 136.399,44 (cento e trinta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), atualizado até 04/05/2004; quanto à



alínea b), do mesmo item, - da concessão do desconto de 8% sobre o valor dos imóveis oferecidos pela TERRACAP em dação em pagamento, também procedente, o valor apurado é de R\$ 469.392,68 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos) atualizados ae 31/03/2004. Em ambos os casos a Comissão examinou processo a processo constante na retromencionada, assim como nas fls. 178/180.

Do exame dos autuados, a Comissão verificou que as decisões para o pagamento de indenizações de benfeitorias efetuado em desacordo com o disposto nas cláusulas 6ª, parágrafo único c/c 10ª, § 2º do contrato (padrão) de concessão de uso, bem como na alínea 'm' do Termo de Compromisso e respectivos Planos de Utilização, bem como para a concessão do desconto de 8% sobre o valor dos imóveis oferecidos pela TERRACAP em dação em pagamento, foram tomadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, tendo suas Decisões assinadas pelas pessoas acima mencionadas. (Anexo 01)".

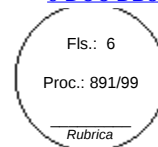
7. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 072/04 (fls. 171 do apenso nº 250.000.130/01), para considerar irregulares estas contas, apontar os responsáveis e indicar o montante do prejuízo, na forma seguinte:

"A Comissão de Tomada de Contas Especial imputou responsabilidades ao Conselho de Administração e à Diretoria Colegiada, representada pelos Senhores Alexandre Gonçalves, Humberto Ludovico de Almeida Filho, José Gomes Pinheiro Neto, Marcílio Marques Botti, Renato Araújo Malcotti, Sigmar Carlos Bielefeld e Cláudio Oscar de Carvalho Sant' Anna, indicando como montante do prejuízo o valor de R\$605.792,12."

8. Na Sessão de 18.10.05, o Tribunal, acolhendo voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 5.390/05 (fls. 323), nos termos abaixo:

DECISÃO Nº 5390/2005

"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS, decidiu: I - tomar conhecimento: 1) da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 250.000.130/2001 e dos seus Anexos I e II; 2) do resultado dos estudos levados a efeito pela Terracap, com vistas a verificar a possibilidade de anulação dos atos de dação em pagamento, que se revelarem viciados ou prejudiciais à empresa, com a retomada dos imóveis, conforme parecer da área jurídica (fls. 219/229); II - considerar cumprido o item V da Decisão nº 2.107/02 (fls. 79/80), que estava suspenso pelo item II da Decisão n.º 6.883/03 (fls. 155), e dar a questão como superada; III - determinar à Terracap que, quando da avaliação de bens para efeito de indenização de benfeitorias, faça constar dos laudos o valor individual de cada item objeto de pagamento, ao invés de atribuir preços em conjunto conforme



observado nos Laudos de Avaliação nºs 3.221/92, 3.106/92, 3.131/92, 3.154/92 e 3.142/92 (fls. 12/15, 29/33, 68/72, 99/104 e 138/142 do Anexo I do Processo nº 250.000.130/2001); IV - com esteio no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, determinar a citação dos responsáveis nomeados às fls. 246/254 dos autos, para que, no prazo de trinta (30) dias, a contar do conhecimento desta decisão, apresentem suas razões de defesa pelo pagamento das benfeitorias voluptuárias existentes em imóveis desapropriados na Colônia Agrícola Governador, realizadas sem amparo legal e em desacordo com a Cláusula 6ª (sexta), c/c a Cláusula 10ª (décima), parágrafo segundo, e 5ª (quinta), parágrafo único, do contrato padrão de concessão de uso, conforme relação de bens de fls. 237/243; V - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para adoção das providências sugeridas. Vencido o Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro RENATO RAINHA. Deixou de votar a Conselheira MARLI VINHADELI, por ter o Relator apresentado o seu voto a 25 de agosto último, ocasião em que estava substituindo a insigne Conselheira."

9. Após as prorrogações de prazo, os responsáveis apresentaram defesa, com exceção do Sr. Aidano José Faria que se quedou revel.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

10. A instrução analisou as defesas apresentadas e emitiu as seguintes considerações:

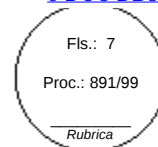
"4. Feito um exame prévio das defesas encaminhadas ao Tribunal, verificamos que diversas delas foram apresentadas em conjunto. Vimos, ainda, que alguns dos argumentos são semelhantes. Em razão desse fato, faremos análise única para as alegações similares. Ressaltamos que, de acordo com a planilha de controle de prazos (fl. 509), todas as alegações foram encaminhadas ao Tribunal tempestivamente.

II.1) Hélio Gil Gracindo (fls. 352/353)

5. A principal alegação do sr. Hélio Gil foi a de que ele participou do conselho de administração da Terracap como representante da União, e que dessa forma, a fiscalização de seus atos deveria ser feita pelo Tribunal de Contas da União e não pelo TCDF (fls. 352/353).

6. Tem fundamento o argumento apresentado, visto que, à respeito da fiscalização dos atos de representantes da União em conselhos de empresas, a Corte interpretou que é jurisdição do Tribunal de Contas da União, conforme deliberado nos itens VI e VII da Decisão nº 3417/2004, in verbis :

"VI - não conhecer das defesas apresentadas pelos



Representantes da União no Conselho de Administração da TERRACAP, uma vez que não se encontram alcançados pela jurisdição deste Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º, VIII, da Lei Complementar nº 01/94; VII - autorizar o encaminhamento de cópias dos autos ao Tribunal de Contas da União e à Corregedoria Geral da União, em complementação aquelas já enviadas mediante os Ofícios nºs 151/2002-P/AA (fl. 1664) e 255/2001 - P/AA (fl. 1480), respectivamente.”

7. Assim, poderíamos sugerir o encaminhamento de cópia dos autos ao TCU e à Corregedoria-Geral da União, para as providências pertinentes àqueles órgãos.

8. Entretanto, destacamos que o valor atribuído ao sr. Hélio foi de apenas R\$ 843,58 (fl. 254) e que são solidários neste montante os srs. Humberto Ludovico de Almeida Filho (fls. 246/247), Alexandre Gonçalves (fls. 247/248), José Gomes Pinheiro Neto (fls. 248/249), Ildeu Leonel Oliveira de Paiva (fls. 249/250), e Aidano José Faria (fls. 251/252).

9. Dessa forma, entendemos que não se justifica o envio da cópia do processo, já que os custos da reprodução e da possível análise por parte daqueles órgãos seria elevado, e ainda, o fato de o Tribunal poder, de acordo com o artigo 275 do Código Civil, chamar qualquer um dos responsáveis solidários para efetivar o pagamento.

10. Diante disso, proporemos a exclusão do sr. Hélio Gil Gracindo do rol dos responsáveis.

II.2) Antônio Fábio Ribeiro (fls. 354/355)

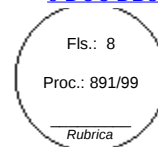
11. O defendente argumentou que, em relação à reunião que decidiu pela indenização de benfeitorias voluptuárias, não foi o relator, tendo somente acompanhado o voto dos demais conselheiros. Completou afirmando que os membros do colegiado resolveram pelo pagamento amparados por pareceres jurídicos, que consideraram a reparação ampla e justa (fl. 354).

12. Discordamos desse argumento. O fato de não ter sido relator do processo e ter acompanhado o voto dos demais componentes não exime o participante da responsabilidade pelos atos decididos na reunião. O Regimento Interno do Conselho de Administração da Terracap, aprovado pela Resolução nº 153, prolatada na Sessão nº 1072/88, no artigo 6º, descreve parte das atribuições dos seus membros, in verbis:

“Art. 6º Aos Conselheiros competem as atribuições contidas no Estatuto, neste Regimento, especialmente:

I – estudar e relatar os processos e assuntos que lhe foram distribuídos, emitindo voto e minutando resoluções e decisões;

II – tomar parte nas discussões e votações, apresentar, por



escrito ou oralmente, emendas ou substitutivos às conclusões dos pareceres; pedir vistas de processos e adiamento das discussões e votações, bem como avocar, para seu exame, em qualquer tempo, processos ou assuntos de interesse da Companhia;

III – apresentar moções e requerimentos e levantar questões de ordem;

IV – assinar atas, resoluções e decisões do Conselho.”

13. Diante disso, vemos que cada membro do conselho desfruta de total autonomia para discutir, votar, pedir vistas dos processos e apresentar emendas. Assim, a decisão de acompanhar o voto dos seus pares ou os pareceres técnicos de outros departamentos, acarreta a sua responsabilização, já que teria a prerrogativa plena de manifestar-se de forma contrária.

14. O sr. Antônio Fábio declarou, ainda, que não foram indenizados parque aquático e campo de futebol profissional, e sim benfeitorias de simples lazer. Disse que o entendimento da Corte não é unânime nas decisões judiciais, uma vez que, para a fixação no imóvel, os arrendatários teriam direito a um mínimo de conforto. Expressou que os membros do conselho não podem ser apenados por entendimentos discutíveis (fls. 354/355).

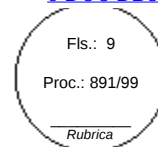
15. Alegou, também, que a indenização abrangeu o pagamento de melhoramentos úteis e necessários, na forma da Lei Complementar nº 76/93. Fez uma breve descrição doutrinária do que poderia ser indenizado, transcreveu a definição do que significariam benfeitorias úteis e finalizou solicitando ao Tribunal sua isenção da imputação (fl. 355).

16. Entendemos que esses argumentos igualmente não prosperam. O referido assunto já foi analisado de forma minuciosa na Informação nº 69/2005 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 255/281). Para corroborar nossa opinião, trazemos excertos daquela instrução, tratando especificamente desse ponto (fls. 264/267):

“(…) 8.2) Das Indenizações por Benfeitorias Voluptuárias

19. Por necessário, antes de se adentrar nos efeitos gerados pela negociação, torna-se imperioso resgatar as definições de benfeitorias.

20. O art. 96 do Código Civil de 2002, que é uma repetição do art. 63 do CC/1916, as classifica em três modalidades: úteis (aumentam ou facilitam o uso da coisa); necessárias (têm por fim conservar a coisa ou evitar que se deteriore) e voluptuárias (são as que se fizeram para mero deleite ou recreio de quem as fez, não se mostrando necessárias ao uso habitual da coisa, nem de maior valia para seu dono, mesmo que por elas se tenha tornado mais agradável o bem).



21. A lei civil/2002, ao discorrer sobre posse, no art. 1.219, estabeleceu que **“o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis”**.

22. Nesse sentido, inclusive, é o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30/11/64, alterada pelas Leis n.ºs 5.709/71, 6746/79, 7.647/88, Decreto-Lei n.º 2431/88 e MPV n.º 2.183-56, de 24/08/2001), ao disciplinar o uso de terras rurais.

23. No art. 92, definiu-se que a posse ou o uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exerçam atividade agrícola ou pecuária. Já o art. 95, inciso VIII, estabelece que o arrendatário, in casu, cessionário, tem direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias, ressalvando que, no caso das voluptuárias, se houver autorização contratual expressa, como segue:

'Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

.....
VIII - o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo locador do solo. Enquanto o arrendatário não seja indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e nas disposições do inciso I.'

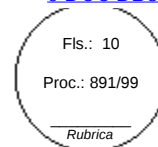
24. Cabe registrar que essa norma mereceu regulamentação pelo Decreto n.º 59.566, de 14/11/66, que repetiu o mesmo mandamento, nos arts. 24 e 25.

25. Na esfera distrital, a matéria está disciplinada pelo Decreto n.º 10.829, de 14 de outubro de 1987, que nos arts. 11, 14 e 18 estabeleceu os critérios de indenização, verbis:

'Art. 11 – É proibida a utilização do imóvel concedido para finalidade estranha ou diversa da constante do Plano de Utilização, salvo prévia e expressa autorização da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

.....
Art. 14 –

Parágrafo único – Verificada qualquer das situações



previstas neste artigo, ao concessionário serão indenizadas as benfeitorias e acessões realizadas estritamente dentro do Plano de Utilização .

Art. 18 – Para efeito de indenização, as benfeitorias estranhas à atividade do imóvel não serão consideradas, salvo aquelas destinadas a residências essenciais e úteis, desde que figurem no Plano de Utilização.'

26. Nota-se que a lei impõe a indenização das benfeitorias úteis e necessárias, justificáveis por conservarem e aumentarem o valor da coisa, evitando-se o enriquecimento sem causa, derivado do trabalho alheio, às custas do possuidor de boa-fé. O mesmo não ocorre quanto às voluptuárias, que só serão pagas, se houver autorização do concedente.

*27. In casu, os contratos são claros, quando dispõem na Cláusula 6ª (sexta) que só será permitido edificar as benfeitorias essenciais e úteis (fls. 1/3**), como segue:*

'SEXTA – Das edificações – AO(À) CONCESSIONÁRIO(A) só será permitido edificar as benfeitorias essenciais e úteis previstas no Plano de Utilização.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito de indenização não serão consideradas as benfeitorias não previstas nesta cláusula.'

*28. Já na Cláusula 10ª (décima), parágrafo 2º, foi disposto que só seriam indenizadas **as benfeitorias realizadas em conformidade com o plano de utilização**, elaborado pelo concedente. Nos termos da Cláusula 5ª (quinta) e seu parágrafo único, era expressamente proibida a utilização do imóvel em atividades diversas das previstas no mencionado documento. É de observar que o Termo de Compromisso de Limitação quanto ao uso e ocupação das áreas urbano-rurais, no seu item "m" (fls. 4**), estabeleceu que:*

'm – as edificações ficarão limitadas exclusivamente àquelas necessárias as atividades constantes do Plano de Utilização, sendo vedada a construção de áreas de lazer, piscina e de quaisquer outros equipamentos com finalidade recreativa.'

29. Percebe-se perfeita harmonia entre os termos pactuados e a legislação pertinente, os quais fazem menção expressa às benfeitorias voluptuárias, no sentido de que não serão objeto de indenização.

30. Portanto, esse condicionamento legal é que comanda a possibilidade de indenização das benfeitorias realizadas pelos concessionários.

31. Neste contexto, roboramos o entendimento firmado pela



CPTCE e pela Corregedoria-Geral, quando apontam como indevidos os ressarcimentos de obras tais como: piscina, churrasqueira, coreto, cachoeira, igreja, campo de futebol e plantações diversas inexistentes, uma vez que não aumentam ou facilitam o uso dos imóveis, mas, tão-somente, tornaram-os mais bonitos ou mais agradáveis, constituindo-se em alterações meramente estéticas, não previstas no contrato de concessão de uso. (...)”

17. Trazemos ainda o entendimento do Ministério Público de Contas do Distrito Federal em relação ao assunto em comento, constante dos §§ 9/13 do Parecer nº 726/2005 – DA (fl. 285), in verbis:

“9. No presente feito, restou apurado o débito por benfeitorias voluptuárias que não estavam incluídas entre as passíveis de indenização, conforme cláusulas sexta, décima, parágrafo segundo, e quinta, parágrafo único, do Contrato de Concessão de Uso, bem como no item “m” do Termo de Compromisso de Limitação.

10. São benfeitorias que visam ao aformoseamento do bem, tornando-o mais agradável para o seu dono. Não buscam a conservação ou o aumento da sua utilidade, são obras de puro deleite não importando necessariamente o aumento do valor comercial da coisa. No negócio jurídico firmado com o Poder Público, estas benfeitorias estavam proibidas de serem erguidas pelos concessionários, consoante a cláusula sexta do ajuste, não assistindo o direito por indenizações de qualquer espécie.

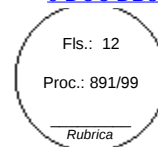
11. Os concessionários também não poderiam se socorrer da alegação de boa fé para sustentar o direito por indenizações desta natureza. Era do conhecimento dos outorgantes os termos do contrato padrão, onde ficou acertado quais seriam as benfeitorias ou acessões admitidas na exploração da terra e passíveis de serem indenizadas. Dessa forma, concorreram para o prejuízo decorrente dos pagamentos indevidos, razão pela qual poderão ser solidariamente responsabilizados.”

18. Considerando a criteriosa análise transcrita no § 16 retro (fls. 513/516), bem como os trechos do parecer do Ministério Público de Contas (§ 17 retro – fl. 516), julgamos desnecessário o acréscimo de novos argumentos para contrapor aos apresentados pelo defendente.

19. Diante dos fatos expostos, entendemos que as alegações do sr. Antônio Fábio Ribeiro não são suficientes para isentá-lo da responsabilidade pelo pagamento indevido de benfeitorias voluptuárias.

II.3) Inez Maria Santos de Sá Araújo, Paulo Janot Borges, Carlos Fernando Raye de Aguiar (fls. 358/365) e Humberto Ludovico de Almeida Filho e Alexandre Gonçalves (fls. 369/376)

20. Ressaltamos que as alegações dos indicados no título deste tópico são praticamente as mesmas, diferenciando somente o fato de os srs. Humberto Ludovico e Alexandre Gonçalves não terem feito menção às



suas atribuições no Conselho de Administração.

21. A sra. Inez Maria e os srs. Paulo Janot e Carlos Fernando declararam que, como integrantes do conselho de administração da Terracap, cabia-lhes apreciar as decisões da diretoria da empresa, amparadas em pareceres técnicos, com fundamentação fática e jurídica, o que justificava a respectiva aprovação. Afirmaram que a credibilidade das pessoas que exerciam os cargos de dirigentes da companhia explicava a confiança dos conselheiros nas propostas advindas daquele colegiado (fl. 359).

22. Discordamos desse entendimento, visto que os membros do colegiado devem analisar os processos que lhes são apresentados, verificando, entre outros pontos, o enquadramento nas normas legais. Para isso, gozam de total liberdade e autonomia regimental. E, cabe destacar, esse é um dos motivos de existir conselho de administração. Esse assunto, inclusive, já foi debatido nos §§ 12/13 retro (fl. 512/513). Por isso, não voltaremos à discussão.

23. Considerando que os demais argumentos são idênticos nas duas defesas, passaremos a examiná-las em conjunto.

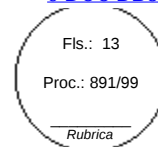
24. Os defendentes afirmaram que no Decreto nº 13.574, de 18/11/1991 declarou-se a urgência da desapropriação. Assim, os contratos de concessão deveriam ser rompidos, com os ocupantes tendo direito à retenção por benfeitorias até que fossem plenamente indenizados, nos termos do artigo 95, VIII, do Estatuto da Terra, e do artigo 12, IX do Decreto Federal nº 59.566/66 (fls. 361 e 371).

25. Entendemos que realmente deveriam ter sido respeitadas as normas citadas. Mas, o que ocorreu foi a infração a esses preceitos legais. Entretanto, deixaremos de tecer novos comentários em razão de que esse ponto já foi analisado nos §§ 19/31 da Informação nº 69/2005 – 3ª ICE/Divisão de Contas, transcritos no § 16 retro (fls. 513/516).

26. Argumentaram, também, que numa ação de reintegração de posse, que seria a via legal para reaver o imóvel e respectivas benfeitorias com base no contrato padrão, a desocupação somente ocorreria na liquidação da sentença, o que poderia demorar anos. Desse modo, estaria inviabilizada a implantação da linha do metrô, aumentariam as invasões e intensificaria a degradação do meio ambiente. Em razão disso, entendem que, na aplicação da lei, o administrador deve agir com bom senso, e usar o princípio da razoabilidade, para o atendimento dos fins sociais (fls. 361 e 371/372).

27. Afirmaram, ainda, que não caberia pautar a indenização pelas regras do contrato padrão, por ser ineficaz e legalmente inadequado, uma vez que o Governador do Distrito Federal optou pelo procedimento unilateral da desapropriação, de modo a atender o interesse público e a urgência (fls. 364/365 e 375).

28. Finalizando, declararam que, com o passar dos anos, ficou demonstrado terem as desapropriações alcançado os fins sociais propostos. Assim, solicitaram ao Tribunal que desconsidere a



imputação de responsabilidade a eles atribuída (fls. 365 e 375/376).

29. Da mesma forma, não devem prosperar essas alegações. A mera suposição de que a aplicação das cláusulas contratuais poderia frustrar a implantação do projeto do GDF não procede. Também não é admissível que o administrador, sob o pretexto de agilizar qualquer procedimento de gestão, passe por cima das normas legais.

30. Outrossim, o fato de o Governador ter optado pelo rompimento unilateral do contrato não tornou o ajuste ineficaz ou inadequado. Inclusive, consta na cláusula décima, inciso V, a previsão de rescisão por superveniência de interesse público em se destinar a área concedida ao desenvolvimento de projetos sociais.

31. Em razão do exposto, entendemos que a defesa apresentada não é suficiente para afastar a responsabilidade de Inez Maria Santos de Sá Araújo, Paulo Janot Borges, Carlos Fernando Raye de Aguiar, Humberto Ludovico de Almeida Filho e Alexandre Gonçalves pelo pagamento indevido das indenizações.

II.4) Ildeu Leonel Oliveira de Paiva (fls. 384/391)

32. O responsabilizado alegou que os laudos de avaliação emitidos pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal não especificavam, individualmente, o montante de cada item que seria indenizado. Falou que a falta de discriminação foi objeto de recomendação por parte da Corte, o que levaria a crer que a análise do presente processo teria sido deficiente neste aspecto (fl. 386).

33. Entendemos que esse argumento não tem fundamento, pois o problema foi detectado pelo corpo técnico, que não incluiu no levantamento do prejuízo os itens avaliados em conjunto e ainda sugeriu à Corte que determinasse à Terracap providências para que o fato não voltasse a acontecer. Isso pode ser verificado no § 33 da Informação nº 69/2005 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fl. 268), que transcrevemos, in verbis:

“33. Assim, considerando o levantamento realizado pela Comissão (fls. 5/11 do ANEXO I do Processo n.º 250.000.130/2001 e às fls. 157*), diante da ausência de previsão legal e da vedação contratual, temos que foram indevidas as indenizações de benfeitorias voluptuárias realizadas, bem como o pagamento de plantações diversas inexistentes, indicadas no demonstrativo de fls. 237/244. Por oportuno, registre-se que não incluímos no levantamento os itens que, apesar de serem não-indenizáveis, foram avaliados em conjunto. Conquanto, somos por determinar à Terracap que, quando da avaliação de bens para efeito de indenização de benfeitorias, faça constar dos laudos o valor individual de cada item objeto de pagamento, em vez de atribuir preços em conjunto conforme observado no processo de TCE.” (GRIFO NOSSO)

34. Também declarou que baseou-se em documentos elaborados pelas



áreas técnicas da companhia para autorizar os pagamentos. Afirmou que, diante disso, não poderia imaginar que as avaliações estariam em desacordo com as normas vigentes. Disse, ainda, que os laudos foram aprovados pela diretoria colegiada e os membros do conselho apenas acompanharam a decisão, sendo induzidos ao erro (fls. 386/389).

35. Discordamos desse argumento, pois os membros do conselho têm a obrigação de examinar, criteriosamente, todos os processos que lhe são encaminhados para exame, e não apenas abonar o decidido em outras instâncias. Deixamos de tecer mais comentários sobre esse ponto, em razão da análise já efetuada nos §§ 12/13 retro (fl. 512/513).

36. Argumentou, ainda, que deve ser considerada a prescrição quinquenal para que a Administração Pública possa exigir a reparação do prejuízo (fls. 389/390).

37. Não merece prosperar essa alegação. Esse assunto já foi exaustivamente debatido neste Tribunal, sendo, inclusive, objeto de análise da Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo – CICE, no Processo nº 2871/98. O referido estudo culminou com a sugestão de ratificação do item II-a da Decisão nº 5374/98, prolatada no Processo nº 7094/91, in verbis:

“a) as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, decorrentes de prejuízos causados ao Erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, “in fine”, da Carta Magna.”

38. O sr Ildeu destacou que a imputação ao servidor depende da demonstração de culpa ou dolo, o que, em seu entender não ocorreu, pois não era responsável por levantamento ou avaliações (fl. 390).

39. Discordamos dessa alegação. Ao aprovar o pagamento de indenização de benfeitorias voluptuárias, em desacordo com as normas legais, o conselheiro passou a ser culpado pela ocorrência. Conforme já discutimos no § 32 retro (fls. 518/519), o membro do colegiado, no desempenho de suas atribuições, não deve eximir-se de analisar os processos com o cuidado devido.

40. Ao não proceder dessa forma, pode-se afirmar que o conselheiro contribuiu para a efetivação do ato irregular. Ressaltamos que a culpa pode resultar tanto da ação, quanto da omissão. Isso está previsto, de forma clara, no artigo 186 do Código Civil, in verbis:

“art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

41. Diante do analisado, entendemos que a defesa apresentada não é suficiente para isentar o sr. Ildeu Leonel Oliveira de Paiva da responsabilidade pelo pagamento indevido das indenizações de benfeitorias voluptuárias.

II.5) José Gomes Pinheiro Neto (fls. 393/506)



42. O sr. José Gomes Pinheiro Neto alegou não ser legítima a imputação de responsabilidade que lhe foi atribuída pela ocorrência em questão, visto que a diretoria colegiada da Terracap, da qual era membro, restringiu-se a encaminhar uma proposta, para que o conselho de administração examinasse e, caso tivesse de acordo, deliberasse sobre a formalização (fls. 393/394). Frisou que a diretoria apenas sugeriu o acordo, já que a atribuição de decidir era exclusiva do conselho de administração (fls. 394/395).

43. Divergimos da posição do defendente. Como membro da diretoria colegiada, que encaminhou os relatórios ao conselho de administração propondo a aprovação das indenizações, o indicado é co-partícipe no ato. Dessa forma, não há falar em isenção de responsabilidade por esse motivo.

44. Quanto aos demais argumentos trazidos pelo defendente (urgência, inadequação da via judicial e unilateralidade do ato de desapropriação), são de natureza similar aos apresentados por outros responsabilizados e já analisados nesta instrução (§§ 24/31 - fls. 517/518). Assim, consideramos não ser necessário discutir novamente o assunto, mantendo o entendimento já expresso nas análises retro, ou seja, rejeitar também os termos da defesa do sr. José Gomes Pinheiro Neto.

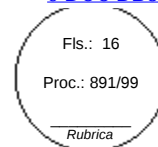
III - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

45. Dessa forma, considerando as defesas apresentadas e a efetivação da análise de cada uma ao longo desta instrução, entendemos que os argumentos não devem ser aceitos, e assim, mantida a imputação de responsabilidade aos srs. Antônio Fábio Ribeiro, Paulo Janot Borges, Carlos Fernando Raye de Aguiar, Humberto Ludovico de Almeida Filho, Alexandre Gonçalves, Ildeu Leonel Oliveira de Paiva, José Gomes Pinheiro Neto e à sra. Inez Maria Santos Sá Araújo, pelo pagamento de indenização de benfeitorias voluptuárias sem amparo legal.

46. Quanto ao sr. Hélio Gil Gracindo, conforme já analisado nos §§ 6/10 (fls. 511/512), apesar de ele ser representante da União no conselho de administração da Terracap, o que demandaria o envio de cópia dos autos ao TCU e à Corregedoria-Geral da União, entendemos que não deve ser adotada essa medida, tendo em vista o baixo valor envolvido e a possibilidade de cobrar dos devedores solidários.

47. Apesar de ter sido emprazado pessoalmente, o sr. Aidano José Faria não apresentou defesa. Desse modo, sugerimos que seja considerado revel, de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94."

11. Finaliza a instrução propondo a improcedência das defesas apresentadas e a cientificação dos responsáveis para recolherem, solidariamente, o débito que lhes foi imputado.



MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12. O Ministério Público, em Parecer da lavra da Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA (fls. 523/27), endossa as conclusões da instrução, acrescentando a necessidade de remessa de cópia dos autos ao MPDFT. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“3. No aludido parecer, o Procurador do MPC/DF, Dr. DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, apresentou as seguintes conclusões, no essencial:

33. Por todo o exposto, em concordância parcial com o Órgão Instrutivo, este membro do Ministério Público de Contas, propõe o acolhimento das sugestões de fls. 279/281, com exceção do item II, pois não restou demonstrada a inviabilidade das medidas que porventura venham a ser tomadas pela Empresa para a retomada dos imóveis objeto de dação em pagamento.

34. Em adição, sugiro ao E. Plenário que os interessados listados no Relatório da Comissão de Tomada de Contas Especial, fls. 155/160, beneficiados com os pagamentos indevidos por benfeitorias voluptuárias, sejam citados, solidariamente com os respectivos agentes públicos que autorizaram o pagamento, para recolher o débito correspondente ao valor percebido ou apresentar defesa em face da vedação constante do Contrato de Concessão de Uso que proibia a edificação de tais benfeitorias.

35. Acolha, ainda, proposta para que sejam citados os membros da Diretoria Colegiada e do Conselho Administrativo da TERRACAP, responsáveis pela concessão do desconto de 8% sobre os imóveis dados em pagamento pelas indenizações, a fim de que apresentem defesa ou recolham o valor do débito no valor de R\$ 469.392,68, atualizado até 31.3.2004, conforme levantamento efetuado pela CTCE.

4. Lamentavelmente, na Sessão Ordinária N.º 3957, de 18/10/2005, a Corte, por maioria, nos termos da Decisão N.º 5390/05 (fls. 323/324), assim:

I - tomar conhecimento: 1) da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 250.000.130/2001 e dos seus Anexos I e II; 2) do resultado dos estudos levados a efeito pela Terracap, com vistas a verificar a possibilidade de anulação dos atos de dação em pagamento, que se revelarem viciados ou prejudiciais à empresa, com a retomada dos imóveis, conforme parecer da área jurídica (fls. 219/229); II - considerar cumprido o item V da Decisão nº 2.107/02 (fls. 79/80), que estava suspenso pelo item II da Decisão n.º 6.883/03 (fls. 155), e dar a questão como superada; III - determinar à Terracap que, quando da avaliação de bens para efeito de indenização de benfeitorias, faça constar dos laudos o valor individual de cada item objeto de pagamento, ao invés de atribuir preços em conjunto conforme observado nos



Laudos de Avaliação nºs 3.221/92, 3.106/92, 3.131/92, 3.154/92 e 3.142/92 (fls. 12/15, 29/33, 68/72, 99/104 e 138/142 do Anexo I do Processo nº 250.000.130/2001); IV - com esteio no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, determinar a citação dos responsáveis nomeados às fls. 246/254 dos autos, para que, no prazo de trinta (30) dias, a contar do conhecimento desta decisão, apresentem suas razões de defesa pelo pagamento das benfeitorias voluptuárias existentes em imóveis desapropriados na Colônia Agrícola Governador, realizadas sem amparo legal e em desacordo com a Cláusula 6ª (sexta), c/c a Cláusula 10ª (décima), parágrafo segundo, e 5ª (quinta), parágrafo único, do contrato padrão de concessão de uso, conforme relação de bens de fls. 237/243; V - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para adoção das providências sugeridas. Vencido o Revisor, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que manteve o seu voto, no que foi seguido pelo Conselheiro RENATO RAINHA. Deixou de votar a Conselheira MARLI VINHADELI, por ter o Relator apresentado o seu voto a 25 de agosto último, ocasião em que estava substituindo a insigne Conselheira.

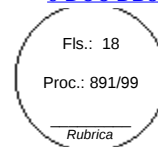
5. Ou seja, a Corte decidiu por: não continuar a fiscalização quanto ao estudo visando a anulação dos atos de dação em pagamento; não citar solidariamente os beneficiados com os pagamentos indevidos por benfeitorias voluptuárias, e não citar os membros da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração da TERRACAP, no que tange à concessão de 8% sobre os imóveis dados em pagamento pelas indenizações (valor do débito: R\$469.392,68).

6. Procedidas às citações, conforme item IV da Decisão N.º 5390/2005, a Unidade Técnica apresentou as seguintes conclusões e sugestões:

45. Dessa forma, considerando as defesas apresentadas e a efetivação da análise de cada uma ao longo desta instrução, entendemos que os argumentos não devem ser aceitos, e assim, mantida a imputação de responsabilidade aos srs. Antônio Fábio Ribeiro, Paulo Janot Borges, Carlos Fernando Raye de Aguiar, Humberto Ludovico de Almeida Filho, Alexandre Gonçalves, Ildeu Leonel Oliveira de Paiva, José Gomes Pinheiro Neto e à sra. Inez Maria Santos Sá Araújo, pelo pagamento de indenização de benfeitorias voluptuárias sem amparo legal.

46. Quanto ao sr. Hélio Gil Gracindo, conforme já analisado nos §§ 6/10 (fls. 511/512), apesar de ele ser representante da União no conselho de administração da Terracap, o que demandaria o envio de cópia dos autos ao TCU e à Corregedoria-Geral da União, entendemos que não deve ser adotada essa medida, tendo em vista o baixo valor envolvido e a possibilidade de cobrar dos devedores solidários.

47. Apesar de ter sido emprazado pessoalmente, o sr. Aidano José Faria não apresentou defesa. Desse modo, sugerimos que seja considerado revel, de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei



Complementar nº 01/94.

48. Diante do exposto, sugerimos ao Tribunal que:

I. tome conhecimento das defesas de folhas 354/355, 358/365, 369/376, 384/391 e 393/506, apresentadas pelos nomeados no § 45 desta instrução (fl. 520), em decorrência do item IV da Decisão nº 5390/2005, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. considere revel o nomeado no § 47 retro (fl. 521), de acordo com o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, em razão de não ter se manifestado diante da citação do Tribunal;

III. exclua do rol dos responsáveis o indicado no § 46 desta instrução (fls. 520/521), em face do deliberado no item VI da Decisão nº 3417/2004, deixando de remeter cópia dos autos aos órgãos competentes diante do valor apurado e do custo processual para prosseguimento do feito;

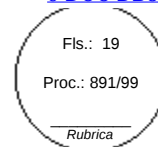
IV. dê ciência ao indigitado no item retro do teor da deliberação a ser proferida;

V. determine em razão do proposto nos itens I e II retro, a identificação dos nomeados nos §§ 45 e 47 desta instrução (fls. 520/521), para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, solidariamente, a quantia devida, atualizada, por terem autorizado a indenização de benfeitorias voluptuárias em imóveis desapropriados na Colônia Agrícola Governador, realizadas sem amparo legal e com infringência à Cláusula 6ª (sexta), c/c com a Cláusula 10ª (décima), parágrafo segundo, e 5ª (quinta), parágrafo único, do contrato padrão de concessão de uso, conforme relação de bens de fls. 237/243, e encaminharem o comprovante a esta Corte;

VI. autorize o retorno dos autos à 3ª ICE, para a adoção das providências determinadas pela Corte.

7. Ao examinar as defesas apresentadas, esta representante do MPC/DF em nada tem que acrescentar à percuente análise realizada. As defesas são improcedentes e, conseqüentemente, a devolução aos cofres públicos da quantia paga indevidamente quanto à indenização de benfeitorias voluptuárias é de rigor.

8. De outra face, esta representante do MPC/DF não pode se furtar a sublinhar a malfadada aplicação de 8% sobre os imóveis dados em pagamento. O Ministério Público de Contas, por diversas vezes manifestou-se sobre a irregularidade concernente ao referido desconto aplicado sobre valores de imóveis em atos de dação em pagamento, conforme o parecer precedente e, também, a título de exemplo, os Pareceres: N.º 827/99-CF, N.º 12305/01-CF, N.º 603/02-CF, N.º 1007/03-CF. Isso porque, tendo em conta a ausência de fundamento

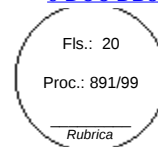


legal, os responsáveis não poderiam aplicar o redutor de 8%.

9. Assim, lamentando profundamente o fato de que os assuntos mencionados no parágrafo 5º não terem sido objeto de continuidade de fiscalização, só resta ao MPC/DF concordar com as sugestões da Inspeção, com o adendo de que cópia integral dos autos seja encaminhada ao MPDFT, para que aquele órgão adote as medidas que entender cabíveis.”

É o Relatório.

DIGITALIZADO



PROPOSTA DE DECISÃO

13. Como relator da Decisão nº 5.390/2005 apresentei, à época, minhas razões de decidir no tocante à retomada dos imóveis dados em pagamento por entender razoáveis as ponderações da Consultoria Jurídica da TERRACAP. No entanto, nunca me convenci da razoabilidade de tal procedimento (dação em pagamento) tanto que, já em 4.12.1992 (com pouco mais de um ano no cargo de Auditor), apresentei a Representação nº 7/92 tratando do tema. Ocorre que os meios legais de que dispõe os Tribunais de Contas para apurar tais possíveis irregularidades: favorecimento ilícito, improbidade administrativa, recebimento indevido de vantagem por parte de servidores, etc... só se mostram viáveis por intermédio do Poder Judiciário mediante quebra de sigilos bancários, por exemplo. Desse modo, em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, acolho sua proposta de remeter-se cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que, por intermédio de sua Promotoria especializada, melhor avaliará sobre a conveniência de se promover as investigações que julgar necessárias.

Com estas considerações, acolho os Pareceres e PROPONHO que o Tribunal:

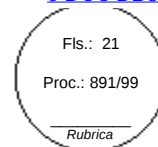
I. tome conhecimento das defesas apresentadas, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. considere revel o Sr. Aidano José Farias, em razão de não ter se manifestado ante a citação determinada pelo Tribunal;

III. exclua do rol dos responsáveis o servidor indicado no § 46 da instrução (fls. 520/521), em face do deliberado no item VI da Decisão nº 3.417/04;

IV. dê ciência ao indigitado no item retro do teor da deliberação a ser proferida;

V. determine em razão do proposto nos itens I e II retro, a identificação dos nomeados nos §§ 45 e 47 da instrução (fls. 520/521), para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, solidariamente, a quantia devida, atualizada, por terem autorizado a indenização de benfeitorias voluptuárias em imóveis desapropriados na Colônia Agrícola Governador, realizadas sem amparo legal e com infringência à Cláusula 6ª (sexta), c/c com a Cláusula 10ª (décima), parágrafo segundo, e 5ª (quinta), parágrafo único, do contrato padrão de concessão de uso, conforme relação de bens de fls. 237/243, e encaminharem o



comprovante a esta Corte;

VI. determine remessa de cópia integral dos autos ao MPDFT;

VII. autorize o retorno dos autos à 3ª ICE, para a adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2006.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Auditor - Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

DIGITALIZADO